

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Na sequência da resolução do BES o anterior Governador do Banco de Portugal determinou a realização de uma auditoria, coordenada por João Costa Pinto, sobre a intervenção do supervisor em todo o processo GES.

Tendo em conta as conclusões da Comissão de Inquérito ao BES, que apontaram várias falhas à atuação do supervisor, o Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda requereu por diversas vezes o envio dessa auditoria à Assembleia da República. Considerámos, nessa altura como hoje, que o estatuto de independência do Banco de Portugal não pode ser abusivamente invocado para impedir o necessário escrutínio da sua ação junto do sistema bancário. Apesar das várias insistências e tentativas, o propósito do Bloco de Esquerda, corroborado por outros grupos parlamentares, nomeadamente o do PS, foi sempre travado pelo antigo Governador, Carlos Costa, que considerou tratar-se de “uma reflexão interna... Um documento interno, para uso interno, com várias peças. Foi pedido pelo governador [o próprio Carlos Costa] e para o governador e não tenho de dar mais explicações”.

Não é claro, até hoje, que utilização foi dada ao relatório em causa ou quem a ele teve acesso. Segundo o ex-governador, o documento teria sido partilhado com a administração nesse processo de avaliação. Esse facto não foi confirmado por João Costa Pinto, coordenador da auditoria e ex-presidente da Comissão de Auditoria do Banco de Portugal, que afirmou, na segunda Comissão de Inquérito à CGD, que "o relatório pode ser de grande utilidade para tirar lições que evitem a repetição de erros passados", entendendo, no entanto, que cabia ao então governador decidir pela sua divulgação.

Segundo declarações públicas do Primeiro-ministro durante um debate quinzenal em março de 2019, também o governo tentou ter acesso ao documento, tendo o mesmo sido negado pelo Banco de Portugal.

Na audição que antecedeu a sua nomeação, o atual Governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, declarou que o Banco de Portugal não pode viver numa torre de marfim. Assim, tendo

em conta a importância da divulgação deste relatório para o escrutínio da atividade do Banco de Portugal, em particular da sua intervenção no caso GES, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, mais uma vez, requerer o seu envio à Assembleia da República.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governador do Banco de Portugal o envio à Assembleia da República do relatório do trabalho de auditoria à intervenção do Banco de Portugal no caso GES.

Palácio de São Bento, 23 de julho de 2020

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)